
ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVA DE CHORENTE



RELATÓRIO E CONTAS 2018

Instituição Particular de Solidariedade Social, Inscrição n.º 131/01, Fls. 10, do Livro n.º 9 das I.P.S.S.

CONTRIBUINTE N.º 505 519 216

Rua das Torrinhãs, n.º 175

4755-125 Chorenente BCL

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
1. Introdução.....	5
2. Estratégia de ação	5
3. Análise de situação económico-financeira da Entidade	5
4. Recursos Humanos	6
5. Situação Patrimonial.....	7
6. Investimento Realizado	7
7. Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social	8
8. Acontecimentos Subsequentes	8
9. Proposta de aplicação dos resultados do período de 2018	8
10. Nota Final.....	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	10
Balanço Individual findo em 31 de dezembro de 2018	10
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas no Período Findo em 31 de dezembro de 2018	11
Demonstração dos resultados por naturezas, por valências e por atividades, do período findo em 31 de dezembro de 2018	12
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do Período findo em 31 de dezembro de 2018	13
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2018	15
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	15
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
NOTA 3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS.....	15
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	19
NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA	19
NOTA 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	20
NOTA 7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS	21
NOTA 8. INVENTÁRIOS	21
NOTA 9. CLIENTES E UTENTES.....	22
NOTA 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	22
NOTA 11. OUTRAS CONTAS A RECEBER	23
NOTA 12. DIFERIMENTOS.....	23

NOTA 13. FUNDOS PATRIMONIAIS	23
Nota 14. RESULTADOS TRANSITADOS.....	23
NOTA 15. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS.....	24
NOTA 16. FORNECEDORES.....	24
NOTA 17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	24
NOTA 18. OUTRAS CONTAS A PAGAR	25
NOTA 19. RÉDITO	25
NOTA 20. SUBSÍDIOS E APOIOS AO GOVERNO	25
NOTA 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	26
NOTA 22. GASTOS COM O PESSOAL.....	27
NOTA 23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	27
NOTA 24. OUTROS GASTOS E PERDAS	27
NOTA 25. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO.....	28
NOTA 26. INDICAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAS	28
NOTA 27. INDICAÇÃO DOS NÚMERO DO PESSOAL E DO PESSOAL VOLUNTÁRIO.....	28
NOTA 28. ASSOCIADOS.....	29
NOTA 29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	29

Relatório de Gestão 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

Nos termos dos estatutos da Associação Social Cultural e Recreativa de Chorente, o Órgão de Direção apresenta o Relatório de Gestão referente ao período de 2018.

2. Estratégia de ação

As principais receitas da Instituição provêm, fundamentalmente dos pagamentos dos utentes e suas famílias, e das participações da Segurança Social. Quanto às provenientes das participações dos utentes, o seu valor tem diminuído na proporção da perda de rendimentos das respetivas famílias, em virtude do desemprego ou dos cortes salariais que têm atingido centenas de milhares de portugueses.

Na área da infância e juventude, a Associação Social Cultural e Recreativa de Chorente, conta com duas respostas sociais são elas a Creche e o Centro de Atividades de Tempos Livres, sendo que o CATL a partir de outubro de 2017 deixou de ter utentes.

Na área da terceira idade a instituição mantém em funcionamento um Espaço de Convívio.

Para as valências Creche e CATL, tem acordos de cooperação com a Segurança Social. Para o Espaço Convívio, não tem qualquer acordo com qualquer entidade.

Ao longo do ano a Associação procurou desenvolver e participar em diversas iniciativas, envolvendo colaboradores da instituição, utentes, corpos sociais e também familiares, amigos e sócios.

Fazem parte dessas iniciativas o Desfile de Carnaval, a Batalha das Flores, a Feira do Artesanato, a Desfolhada e a Feira das Colheitas. Além destas, também realiza atividades comemorativas do Dia do Pai, o Dia da Mãe, o Magusto, o Dia dos Avós, o Dia da Família, e muitas outras.

A Associação desenvolve outras atividades secundárias (refeições e autocross) que ajudam na sua sustentabilidade e a cumprir com os seus compromissos atempadamente e a colmatar as dificuldades financeiras sentidas.

Quanto à atividade de fornecimento de refeições, a Associação tem um protocolo com o Município de Barcelos, para o fornecimento de cerca de 340 refeições por dia, para os Jardins-de Infância e EB1 de Chorente, Carvalhas, Chavão, Gual e Negreiros.

Quanto à atividade de Autocross, a Associação organiza provas de autocross e Cross Car em parceria com entidades especializadas na área. O objetivo destas provas é a angariação de fundos para a concretização bem-sucedida das valências e atividades sociais desenvolvidas pela Associação. Em 2018 não foi organizada qualquer prova ou iniciativa.

3. Análise de situação económico-financeira da Entidade

Os rendimentos obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 335.795,85€, e encontram-se distribuídos pelas rubricas discriminadas no quadro seguinte:

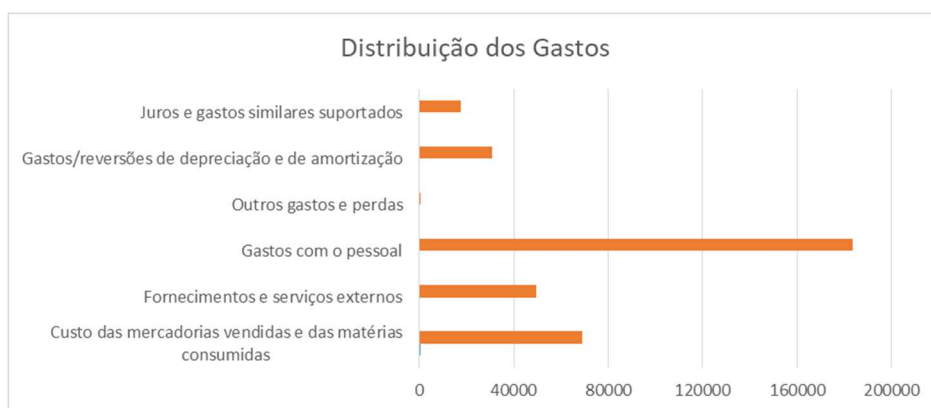
RENDIMENTOS	Unidade Monetária: Euros	
	31-dez-18	31-dez-17
Vendas de mercadorias e serviços prestados	152.717,57	153.772,76
Subsídios, doações e legados à exploração	157.763,57	173.279,82
Outros rendimentos e ganhos	25.314,71	29.212,32
<u>Juros e rendimentos similares obtidos</u>	-	-
	<u>335.795,85</u>	<u>356.264,90</u>

Os gastos incorridos no exercício em análise, perfizeram um total de 350.826,16€ e encontram-se distribuídos pelas rubricas discriminadas no quadro seguinte:

Unidade Monetária: Euros		
GASTOS	31-dez-18	31-dez-17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	68.985,66	67.320,70
Fornecimentos e serviços externos	49.372,87	53.885,95
Gastos com o pessoal	183.644,48	172.546,10
Outros gastos e perdas	341,73	4.840,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30.875,32	28.537,74
Juros e gastos similares suportados	17.606,10	19.235,64
	<u>350.826,16</u>	<u>346.366,62</u>

Os rendimentos diminuiram cerca de 5,75% e os custos aumentaram cerca de 1,29% face ao ano anterior.

Podemos ter uma melhor visão dos gastos no seguinte gráfico:



O Resultado Líquido do Exercício foi negativo no valor de 15.030,31€.

O gasto líquido de financiamento pode ser analisado como se segue:

Unidade Monetária: Euros		
Gasto Líquido de Financiamento	31-dez-18	31-dez-17
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Juros e gastos similares suportados	17.606,10	19.235,64
	<u>17.606,10</u>	<u>19.235,64</u>
	(17.606,10)	(19.235,64)

4. Recursos Humanos

Os gastos com o pessoal e respetiva produtividade podem ser analisados no quadro seguinte:

Descrição	Unidade Monetária: Euros	
	31-dez-18	31-dez-17
Remunerações do Pessoal	149.553,13	140.073,37
Encargos sobre Remunerações	31.869,76	30.043,67
Seguros de Acidentes de Trabalho	1.808,67	1.634,25
Outros Gastos com o Pessoal	412,92	794,81
	<u>183.644,48</u>	<u>172.546,10</u>
Número de Trabalhadores	15	15

5. Situação Patrimonial

A situação patrimonial da entidade à data de 31 de dezembro de 2018 detalha-se da seguinte forma:

RUBRICAS	Unidade Monetária: Euros	
	31-dez-18	31-dez-17
ATIVO		
Ativo não corrente	677.348,55	705.205,64
Ativo Corrente	55.057,25	78.024,26
Total do Ativo	<u>732.405,80</u>	<u>783.229,90</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais	106.114,85	124.502,36
PASSIVO		
Passivo não Corrente	486.154,80	507.702,18
Passivo Corrente	140.136,15	151.025,36
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo	<u>732.405,80</u>	<u>783.229,90</u>

As disponibilidades em 31 de dezembro de 2018 detalham-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	Unidade Monetária: Euros	
	31-dez-18	31-dez-17
Caixa	130,25	50,45
Depósitos à Ordem	5.361,38	44.784,28
Outros Depósitos Bancários	-	-
	<u>5.491,63</u>	<u>44.834,73</u>

6. Investimento Realizado

No exercício de 2018 não se realizaram investimentos.

7. Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social

O Órgão de Gestão informa que a Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, e a sua situação perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

8. Acontecimentos Subsequentes

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos subsequentes que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

9. Proposta de aplicação dos resultados do período de 2018

O Órgão de Direção propõe que o resultado líquido negativo do período de 2018, no valor de 15.030,31€, seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

10. Nota Final

É neste contexto social, económico e financeiro de grande complexidade e enorme dificuldade para um número cada vez maior de pessoas e famílias, que a Direção desta Associação desenvolve a sua atividade, atenta às necessidades e expectativas dos seus utentes/clientes, garantindo a melhoria contínua dos seus serviços e respondendo de forma completa e integra às necessidades das crianças, idosos e suas famílias, não descurando jamais a importância que a sustentabilidade económica e financeira têm para atingir a sua MISSÃO:

“Promover o desenvolvimento pessoal, intelectual e social das crianças/jovens e potenciar um envelhecimento biopsicossocial dos idosos.”

A todos os que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constitui um importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Entidade.

A todos os colaboradores e voluntários que contribuíram para o desempenho da instituição, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direção expressa o seu agradecimento.

Barcelos, 26 de março de 2019

A Direção

O Presidente

O Vice-Presidente

O Tesoureiro

Demonstrações Financeiras

Individuais 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Balança Individual findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: Euro

Rubricas	Notas	31-dez-18	31-dez-17
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	675.875,61	703.880,17
Investimentos Financeiros	7	1.472,94	1.325,47
		677.348,55	705.205,64
Ativo corrente			
Inventários	8	239,76	238,41
Créditos a receber	9	40.005,41	19.367,91
Estado e outros entes públicos	10	177,14	1,02
Diferimentos	12	600,93	822,53
Outros activos correntes	11	8.542,38	12.759,66
Caixa e depósitos bancários	5	5.491,63	44.834,73
		55.057,25	78.024,26
TOTAL DO ATIVO		732.405,80	783.229,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	6.208,48	6.208,48
Resultados transitados	14	(17.231,48)	(27.129,76)
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15	132.168,16	135.525,36
Resultado líquido do período		(15.030,31)	9.898,28
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		106.114,85	124.502,36
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	486.154,80	507.702,18
		486.154,80	507.702,18
Passivo corrente			
Fornecedores	16	45.924,05	39.943,71
Estado e outros entes públicos	10	7.734,02	9.119,58
Financiamentos obtidos	17	40.000,00	40.000,00
Diferimentos	12		5.355,28
Outros passivos correntes	18	46.478,08	56.606,79
		140.136,15	151.025,36
TOTAL DO PASSIVO		626.290,95	658.727,54
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		732.405,80	783.229,90

Barcelos, 26 de março de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado nº 65387

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas no Período Findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	19	152.717,57	153.772,76
Subsídios, doações e legados à exploração	20	157.763,57	173.279,82
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	(68.985,66)	(67.320,70)
Fornecimentos e serviços externos	21	(49.372,87)	(53.885,95)
Gastos com pessoal	22	(183.644,48)	(172.546,10)
Outros rendimentos	23	25.314,71	29.212,32
Outros gastos	24	(341,73)	(4.840,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33.451,11	57.671,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(30.875,32)	(28.537,74)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.575,79	29.133,92
Juros e gastos similares suportados	25	(17.606,10)	(19.235,64)
Resultado antes de impostos		(15.030,31)	9.898,28
Resultado líquido do período		(15.030,31)	9.898,28

Barcelos, 26 de março de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado nº 65387

Presidente;

Vice-Presidente;

Tesoureiro;

Demonstração dos resultados por naturezas, por valências e por atividades, do período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	VALÊNCIAS		ATIVIDADES		TOTAL GERAL
		CRECHE	CONVIVIO	REFEIÇÕES	AUTOCROSS	
Vendas e serviços prestados	19	48.898,64	4.478,18	99.340,75		152.717,57
Subsídios, doações e legados à exploração	20	133.532,78	11.750,33	12.480,46		157.763,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(3.206,77)	(735,06)	(65.043,83)	-	(68.985,66)
Fornecimentos e serviços externos	21	(26.684,82)	(5.484,78)	(15.623,97)	(1.579,30)	(49.372,87)
Gastos com o pessoal	22	(141.606,26)	(14.604,94)	(27.433,28)	-	(183.644,48)
Outros rendimentos e ganhos	23	14.224,55	4.365,80	6.724,36		25.314,71
Outros gastos e perdas	24	(266,32)	(8,66)	(66,74)		(341,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24.891,80	(239,13)	10.377,74	(1.579,30)	33.451,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(9.364,13)	(2.897,86)	(5.057,17)	(13.556,16)	(30.875,32)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.527,67	(3.136,99)	5.320,57	(15.135,46)	2.575,79
Juros e gastos similares suportados	25	(10.563,66)	(3.521,22)	(3.521,22)		(17.606,10)
Resultados antes de impostos		4.964,01	(6.658,21)	1.799,35	(15.135,46)	(15.030,31)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		4.964,01	(6.658,21)	1.799,35	(15.135,46)	(15.030,31)
Resultado Líquido do Período por Areas Isenta/Sujeita		(1.694,20)		(13.336,11)		

Barcelos, 26 de março de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado nº 65387

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do Período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/18	31/dez/17
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		144.998,26	176.373,81
Pagamentos a fornecedores		(121.123,99)	(117.083,73)
Pagamentos ao pessoal		(177.744,22)	(174.463,64)
Caixa gerada pelas operações		(153.869,95)	(115.173,56)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		173.318,36	197.416,39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		19.448,41	82.242,83
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(19.505,56)	(25.884,93)
Investimentos financeiros		(147,47)	(169,25)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			39406,5
Investimentos financeiros		15,00	10,00
Subsídios ao investimento			91,36
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(19.638,03)	13.453,68
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Doações			339,14
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(21.547,38)	(51.133,68)
Juros e gastos similares		(17.606,10)	(19.235,64)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(39.153,48)	(70.030,18)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(39.343,10)	25.666,33
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		44.834,73	19.168,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.491,63	44.834,73

Barcelos, 26 de março de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado nº 65387

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2018

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A associação Social Cultural e Recreativa de Chorente, com sede na Rua das Torrinhãs, nº 175, 4755-125 Chorente, Barcelos, é uma instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de Utilidade Pública, cujo registo foi lavrado pela inscrição nº 131/01. Fls 10, do Livro nº 9 das Associações de Solidariedade Social, com data de 31/07/2001.

A atividade consiste no desenvolvimento de atividades de apoio às crianças, através das valências ATL e CRECHE e aos idosos através da valência CONVIVIO. A título secundário, desenvolve a atividades de fornecimento de refeições e de autocross.

É convicção do Órgão de Direção que as presentes demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercidos no período findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos Legais da NCRF-ESNL:

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010 de 23 de agosto (Sistema de Normalização Contabilística);

Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma contabilística e de relato financeiro para ESNL);

Portaria nº 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras);

Portaria nº 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas);

Aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada da posição financeira da Entidade e o seu desempenho, foram utilizadas a NCRF-ESNL, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Contudo, sempre que a Norma não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho: as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Bases de Apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1.2. Regime de acréscimo (ou da periodização económica)

A Entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidas à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimos

de rendimentos”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4 Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linha de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido.

3.1.6 Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são gerados.

Contudo, não existem no período transações em moeda diferente da moeda funcional.

3.2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, a partir do método de linha reta, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela Entidade, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os nossos ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

<u>Ativos</u>	<u>Vida Útil (anos)</u>
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	4 a 50
Equipamento de transporte	4 a 50
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

3.2.5 Inventários

Os inventários são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda líquido dos custos a suportar com a sua alienação), utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado, designadamente devido à diminuição do seu valor de mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de perdas por imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os gastos relativos ao inventário vendido são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.2.6 Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas de bens, prestações de serviços, Juros, Royalties e Dividendos.

O rédito é reconhecido aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da venda.

3.2.7 Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Órgão de Gestão procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

3.2.8 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.9 Ativos e passivos financeiros

Dívidas de terceiros

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar, material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamento obtidos”, apresentada no passivo corrente.

Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidos pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias ou imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos.

3.2.10 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os salários, contribuições para a Segurança Social, faltas autorizadas e renumeradas, subsídios de férias e de natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativa ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.11 Imposto sobre o rendimento

A entidade sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, está isenta de IRC, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC. Esta isenção não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários. O rendimento global sujeito a imposto destas pessoas coletivas é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das várias categorias determinados nos termos do IRS, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, aplicando-se à determinação do lucro tributável, as disposições do Código do IRC. Estas entidades têm uma taxa específica de IRC de 21,5 %, sem prejuízo da opção pelas taxas gerais.

Os impostos que não se encontrem pagos são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), pelo que as declarações relativas aos períodos de 2014 a 2018 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo.

3.3.1. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Relativamente à imputação dos custos e proveitos a cada valência, foram efetuados, tal como no ano anterior, tendo em conta o espaço físico de ocupação de cada, nomeadamente, 60% Creche, 20% Convívio e 20% Refeições. Estas proporções foram utilizadas nomeadamente na Depreciações do Edifício, nos Gastos de Financiamento do respetivo edifício e em alguns subsídios atribuídos à Instituição.

NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. A entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes", os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Caixa	130,25	50,45
Depósitos à ordem- EUR	5.361,38	44.784,28
Outros depósitos bancários-EUR	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	5.491,63	44.834,73

NOTA 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2017				
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2017
Custo				
Edifícios e outras construções	797.773,54	37.059,79	(74.403,68)	760.429,65
Equipamento básico	67.842,10	1.685,00	-	69.527,10
Equipamento de transporte	36.914,01	-	(12.964,00)	23.950,01
Equipamento administrativo	15.155,27	-	-	15.155,27
Outros Ativos fixos tangíveis	145.132,64	430,50	-	145.563,14
Total	1.062.817,56	39.175,29	(87.367,68)	1.014.625,17
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	120.530,48	13.268,07	(30.983,68)	102.814,87
Equipamento básico	66.292,30	430,28	-	66.722,58
Equipamento de transporte	36.914,01	-	(12.964,00)	23.950,01
Equipamento administrativo	13.803,47	534,73	-	14.338,20
Outros Ativos fixos tangíveis	88.614,68	14.304,66	-	102.919,34
Total	326.154,94	28.537,74	(43.947,68)	310.745,00
Quantia Líquida Escriturada	736.662,62			703.880,17

31 de Dezembro de 2018				
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Depreciações	Abates	Saldo em 31-Dez-2018
Custo				
Edifícios e outras construções	760.429,65			760.429,65
Equipamento básico	69.527,10	2.200,00		71.727,10
Equipamento de transporte	23.950,01			23.950,01
Equipamento administrativo	15.155,27	670,76		15.826,03
Outros Ativos fixos tangíveis	145.563,14			145.563,14
Total	1.014.625,17	2.870,76	-	1.017.495,93
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	102.814,87	15.548,26		118.363,13
Equipamento básico	66.722,58	699,14		67.421,72
Equipamento de transporte	23.950,01	-		23.950,01
Equipamento administrativo	14.338,20	602,45		14.940,65
Outros Ativos fixos tangíveis	102.919,34	14.025,47		116.944,81
Total	310.745,00	30.875,32	-	341.620,32
Quantia Líquida Escriturada	703.880,17			675.875,61

O imóvel da Associação está penhorado, como garantia de um empréstimo cujo capital em dívida à data de 31 de dezembro ascendia o valor de 486.154,80€, contraído em maio de 2015 na Caixa de Crédito Agrícola, e pelo prazo de 20 anos.

A entidade não tem bens do património histórico, artístico e cultural.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os movimentos ocorrido na rubrica de depreciações foi o seguinte:

	2018	2017
Descrição	Gastos de depreciação	Gastos de depreciação
Ativos fixos tangíveis	30.875,32	28.537,74
	30.875,32	28.537,74

NOTA 7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de investimentos financeiros, apresentava os seguintes investimentos, e os respectivos movimentos:

	31-Dez-18	31-Dez-17	Data da primeira participação
	Não corrente	Não corrente	
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Fundo de Compensação de Trabalho			01/03/2015
Saldo a 1 de Janeiro	220,47	61,22	
Contribuições no exercício	132,47	159,25	
Reembolso de contribuições, por cessação de contrato de trabalho	-	-	
Saldo a 31 de Dezembro	352,94	220,47	
Outros Fundos			01/01/2010
Títulos de Capital CA	1.120,00	1.105,00	
	1.120,00	1.105,00	
Perdas por imparidade	-	-	
	1.120,00	1.105,00	
	1.472,94	1.325,47	

Estes investimentos encontram-se valorizados pelo custo de aquisição, deduzidos de quaisquer perdas por imparidade.

O Fundo de compensação do trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013.

A rubrica de outros fundos diz respeito a Ações da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo CCAM do Noroeste, CRL.

NOTA 8. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o sistema de inventário intermitente.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Inventários inclui as seguintes quantias:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Matérias Primas	239,76	238,41
	239,76	238,41

O movimento ocorrido na rubrica do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas durante os períodos 2018 e 2017 foi como segue:

Descrição	2018	2017
	Matérias Primas	Matérias Primas
Saldo Inicial em 1 de janeiro	238,41	245,71
Regularizações	-	-
Compras	68.987,01	67.313,40
Inventários finais	239,76	238,41
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	68.985,66	64.540,12

NOTA 9. CLIENTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Clientes estava distribuída por mercado nacional e tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	40.005,41	0,00	19.367,91
			0,00	
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0
		40.005,41	0,00	19.367,91
		40.005,41		19.367,91

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de Utentes não apresentava qualquer valor em dívida.

NOTA 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica de Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Ativo		
Corrente		
IRC- A Recuperar	-	-
IVA - A Recuperar	156,96	-
IVA - Suportado	20,18	1,02
	177,14	1,02
Passivo		
Corrente		
Retenção imposto s/rend.	1.104,00	909,00
IVA- A Pagar	-	2.086,19
Contribuição p/Seg. Social	6.614,28	6.115,69
FGCT	15,74	8,70
	7.734,02	9.119,58

NOTA 11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Outras Contas a Receber tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Corrente		
Fornecedores (saldos contrários)	-	-
Outros Devedores por Acréscimo de Proventos	0,00	-
PARES-Proc 0701.01.0184-Infraestruturas	8.542,38	8.542,38
IEFP - Estágio	0,00	4.217,28
	8.542,38	12.759,66

O valor indicado na rubrica de PARES – Proc. 0701.01.0184 - Infraestruturas diz respeito ao valor do subsídio ao investimento no âmbito do PARES, para a construção do Centro Social e Juvenil, que à data de 31 de dezembro de 2018, ainda estava em débito.

NOTA 12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Deferimentos tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Ativo		
Corrente		
Diferimentos		
Gastos a Reconhecer	600,93	822,53
	600,93	822,53
Passivo		
Corrente		
Diferimentos		
Rendimentos a Reconhecer	-	5.355,28
	-	5.355,28

NOTA 13. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Fundos Patrimoniais tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Fundos	6.208,48	6.208,48
	6.208,48	6.208,48

Nota 14. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de resultados transitados tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Resultados transitados	-17.231,48	-27.129,76
	-17.231,48	-27.129,76

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2018, resulta:

- Aprovação, em assembleia-geral, realizada a 29 de março de 2018, das contas do período findo em 31 de dezembro de 2017, tendo sido deliberado que o resultado líquido positivo do período, no valor de 9.898,28€, fosse transferido para resultados transitados.

NOTA 15. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios para investimentos		
ISS, IP		
PARES- Processo 0701.01.0184-infraestruturas	131.588,66	134.798,14
Doações	579,50	727,22
	132.168,16	135.525,36

NOTA 16. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Fornecedores tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Corrente		
Fornecedores	45.924,05	39.943,71
	45.924,05	39.943,71

NOTA 17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Financiamentos obtidos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	ENTIDADE FINANCIADORA	31-dez-18	31-dez-17
Passivo Não Corrente			
Instituições de crédito e sociedades financeiras			
Empréstimos bancários			
E.B.MLP-Fin.Imob.-CA-56058782654	CCA	486.154,80	507.702,18
		486.154,80	507.702,18
Passivo Corrente			
Instituidores (empréstimo de fundadores e benemeritos)		40.000,00	40.000,00
		40.000,00	40.000,00
Total Financiamentos Obtidos		526.154,80	547.702,18

O custo dos empréstimos obtidos encontra-se detalhado na nota 25.

O empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola, nº 56058782654, contraído em maio de 2015 e pelo prazo de vinte anos, cujo capital em dívida a 31 de Dezembro de 2018 era de 486.154,80€, tem como garantia o penhor sobre o imóvel do Centro social e Juvenil.

As principais características dos financiamentos obtidos pode ser analisada no quadro abaixo:

Capital em dívida					
Plano de reembolso	ENTIDADE FINANCIADORA	valor em dívida à data de balanço	Pagamentos até 1 ano	Pagamentos entre 1 e 5 anos	Pagamentos mais de 5 anos
E.B.MPL-Fin.Imob.-CA-56058782654	CCA	486.154,80	22.000,00	112.000,00	352.154,80
		486.154,80	22.000,00	112.000,00	352.154,80

NOTA 18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	17.752,78	12.134,57
Fornecedores de Investimentos	2.706,00	18.834,80
Remunerações a liquidar -estimativa	25.451,85	25.169,80
Outros acréscimos de gastos	515,65	379,86
Outros credores diversos	51,80	87,76
	46.478,08	56.606,79

NOTA 19. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31-Dez-18	31-Dez-17
Serviço ATL	-	6.062,18
Serviço CRECHE	47.258,82	38.839,66
Serviço CONVIVIO	4.328,00	3.688,80
Quotizações e Jóias	1.790,00	1.790,00
Fornecimento de Refeições	99.340,75	103.392,12
Autocross	-	-
	152.717,57	153.772,76

Rédito obtido apenas no mercado nacional.

NOTA 20. SUBSÍDIOS E APOIOS AO GOVERNO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a entidade beneficiou de subsídios do Estado. O detalhe dos mesmos pode ser analisado como se segue:

	BALANÇO					Demonstração
	Valor Atribuído	Montante Recebido Anos Anteriores	Montante Recebido em 2018	Total Montante Recebido	Montante por Receber	Rédito do Período
Subsídios ao Investimento						
ISS, IP	160.473,98	151.931,60	0,00		8.542,38	
PARES - Proc. 0701.01.0184 - Infraestruturas	160.473,98	151.931,60	0,00		8.542,38	
Subsídios à Exploração						
Centro Regional da Segurança Social	108.705,71		108.705,71	108.705,71		108.705,71
Valencia CRECHE	108.705,71		108.705,71	108.705,71		108.705,71
Autoridade Tributária e Aduaneira	587,75		587,75	587,75		587,75
Consignação de IRS 0,5%	438,19		438,19	438,19		438,19
Benefício IVA Suportado 15%	149,56		149,56	149,56		149,56
Autarquia de Barcelos	43.032,75		43.032,75	43.032,75		43.032,75
IEFP	6.106,77	1.807,41	4.299,36	6.106,77	0,00	5.437,36
	318.906,96	153.739,01	156.625,57	158.432,98	8.542,38	157.763,57

O valor indicado na rubrica subsídio ao investimento, PARES - Proc. 0701.01.0184- Infraestruturas, tal como já foi indicado na nota 11, diz respeito ao valor do subsídio ao investimento no âmbito do PARES, para a construção do Centro Social e Juvenil, executado e concluído a 10/2010 sendo que à data de 31 de Dezembro de 2018, ainda faltava a entidade receber o montante de 8.542,38€.

O subsídio à exploração, atribuído pelo Centro Regional da Segurança Social diz respeito as comparticipações anuais com a valência creche. A instituição tem acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP/ Centro Distrital de Braga para a Valência ATL, para 28 utentes, e para a Valencia Creche para 33 crianças com idades entre os 4 meses e os 3 anos de idade. Contudo no ATL não teve utentes durante o ano de 2018.

A comparação com o ano de 2017 pode ser analisada como se segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Subsídios, Doações e Legados à Exploração		
Subsídios do estado e Outros Entes Públicos		
Subsídios à Exploração		
ISS, IP - Centros Distritais		
Valencia ATL	0,00	13.085,97
Valencia CRECHE	108.705,71	108.312,53
	108.705,71	121.398,50
Consignação de IRS 0,5%	438,19	560,40
Benefício IVA Suportado 15%	149,56	67,33
Município de Barcelos	43.032,75	50.584,18
IEFP	5.437,36	669,41
Subsídios de Outras Entidades	0,00	0,00
	157.763,57	173.279,82

NOTA 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos 2018 e 2017, foram como segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Serviços Especializados	18.220,14	19.119,28
Materiais	3.575,85	4.486,79
Energia e Flúidos	15.216,89	17.424,06
Deslocações, Estadas e Transportes	0,00	120,00
Serviços Diversos:		
Rendas e Alugueres	1.300,00	1.300,00
Comunicação	1.716,71	1.440,02
Seguros	2.117,52	3.151,93
Contencioso e Notariado	0,00	277,68
Limpeza, Higiene e Conforto	5.747,89	5.589,83
Outros Serviços	1.477,87	976,36
	49.372,87	53.885,95

NOTA 22. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal, nos períodos 2018 e 2017 foram como segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Remunerações do Pessoal	149.553,13	140.073,37
Encargos Sobre Remunerações	31.869,76	30.043,67
Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profis.	1.808,67	1.634,25
Outros Gastos Com o Pessoal	412,92	794,81
	183.644,48	172.546,10

A rubrica "Outros gastos com o pessoal" inclui gastos com a medicina e segurança no trabalho.

O número médio de empregados da Entidade, nos períodos de 2018 e 2017, foi de 15.

NOTA 23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos 2018 e 2017, foram como segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Outros Rendimentos e Ganhos		
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	3,30	1,76
Rendimentos e Ganhos nos Restantes Ativos Financeiros	15,00	10,00
Rendimentos em Alienações	0,00	406,50
Outros Rendimentos e Ganhos	25.296,41	28.794,06
	25.314,71	29.212,32
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Obtidos	0,00	0,00
	0,00	0,00
	25.314,71	29.212,32

NOTA 24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas, nos períodos 2018 e 2017, foram como segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Impostos	58,72	28,14
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	0,01	0,06
Outros Gastos e Perdas	283,00	4.812,29
	341,73	4.840,49

NOTA 25. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

Os gastos e perdas de financiamento, nos períodos 2018 e 2017, foram como segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros Suportados	17.426,10	18.665,64
Outros Gastos de Financiamento	180,00	570,00
	17.606,10	19.235,64

NOTA 26. INDICAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

Aquando a aprovação de contas em março de 2019.

DIREÇÃO	<p>Presidente Nuno Filipe da Silva Meneses</p> <p>Vice-Presidente Fernando Gomes Brandão Ribeiro</p> <p>Secretário Filipa Isabel Afonso de Azevedo</p> <p>Tesoureiro Ana Maria Martins Ferreira</p> <p>Vogais Camilo António Figueiras Novais</p>
ASSEMBLEIA GERAL	<p>Presidente Júlia Fonseca de Sousa Ferreira</p> <p>1º Secretário Cristina Isabel Figueiredo Figueiras</p> <p>2º Secretário Emília Matos Ferreira</p>
CONSELHO FISCAL	<p>Presidente Manuel Alberto Vieira Costa</p> <p>1º Vogal Maria Elisa Rodrigues Faria</p> <p>2º Vogal Ana Sofia Novais Miranda</p>

NOTA 27. INDICAÇÃO DOS NÚMERO DO PESSOAL E DO PESSOAL VOLUNTÁRIO

No decorrer do exercício findo de 2018, o número médio do pessoal encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Valencias e Actividades	Nº Médio de Utentes	Nº Médio de Funcionários
Valencias		
CRECHE	38	12
CONVIVIO	23	1
Actividades		
Refeições	0	2
Autocross	0	0
	61	15

No decorrer do exercício findo a 31 de Dezembro de 2018, a entidade não teve pessoal voluntário ao serviço.

NOTA 28. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o número dos associados detalhava-se como se segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Associados	179	179

Em 31 de dezembro de 2018, as quotas dos associados estavam todas em dia.

NOTA 29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Órgão de Gestão informa que a Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos de Decreto-Lei nº534/80 de 7 de novembro.

Nos termos do artº 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009 de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Barcelos, 26 de março de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado nº 65387

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro